



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 07 de Agosto de 2019

Ânima põe foco em curso de medicina, novo 'queridinho' do ensino superior

Por Beth Koike | De São Paulo

A Ânima criou uma frente de negócio para a área de medicina, cujo crescimento se dará de forma orgânica e também pode ocorrer via novas aquisições. Na segunda-feira à noite, a companhia anunciou a compra da UniAges, instituição de ensino da Bahia focada em medicina, por R\$ 200 milhões. Com isso, o número de alunos matriculados nesse tipo de graduação poderá saltar dos 1,2 mil para cerca de 4 mil daqui a cerca de seis anos.

"Continuamos analisando aquisições e o nosso interesse é por instituições com cursos de medicina" disse Átila Simões, vice-presidente de expansão da Ânima.

A estratégia de apostar nessa área é fundamentada em dados robustos. Estima-se que os cursos privados de medicina movimentem cerca de R\$ 9 bilhões por ano. São cerca de 95 mil estudantes no país e o valor mediano das mensalidades é de R\$ 7,8 mil, de acordo com dados da Hoper, consultoria especializada em educação. "Os cursos de medicina são o filé mignon do setor. Haverá uma demanda por essa graduação por pelo menos dez anos", disse William Klein, presidente da Hoper.

Em julho, o grupo brasileiro Afya, voltado para faculdades de medicina, levantou R\$ 1,1 bilhão (US\$ 300 milhões) em sua abertura de capital na Nasdaq, nos Estados Unidos. A demanda dos investidores foi 14 vezes superior à oferta de ações.

Há uma expectativa no setor de que até o fim deste ano o governo flexibilize as regras de abertura de novas vagas de medicina, derrubando a medida do ex-presidente Michel Temer que congelou a criação de novas vagas por cinco anos. "Mesmo se houver essa abertura, que tem grandes chances de ocorrer num governo mais liberal, o processo será gradual e a demanda por cursos de medicina continuará alta" disse Klein.

O Bradesco BBI destacou em relatório que o setor de educação cresce, hoje, por meio do ensino a distância e graduação de medicina, e como a Ânima não opera cursos on-line, a aquisição da UniAges foi acertada. O mercado financeiro recebeu bem a transação e os papéis do grupo encerraram o pregão de ontem com alta de 4,86%.

O valor da transação, equivalente a dez vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) também foi considerado

positivo. "Esse é o múltiplo para uma instituição de ensino com medicina. Uma IES sem esse curso é negociada entre seis e oito vezes o Ebitda", disse o presidente da Hoper.

A oferta da Ânima não foi a mais alta financeiramente, mas pesou a seu favor o fato de que a proposta incluía a manutenção da equipe. "O fundador, o professor José Wilson, tem uma preocupação muito grande com o legado e manutenção do time. Isso estava na nossa proposta. Não precisaremos fazer uma grande reestruturação, já havia uma equipe enxuta, com pessoas muito qualificadas", disse o vice-presidente de expansão da Ânima. O fundador, José Wilson Santos, receberá parte do pagamento em ações da Ânima, que serão correspondentes a uma participação de 2% na companhia.

A aquisição marca ainda a entrada da Ânima no Nordeste que, até então, operava em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Santa Catarina. Hoje, a companhia tem cursos de medicina na Universidade São Judas Tadeu e UNI-BH com quase 1,3 mil alunos. "Um grupo que se propõe a transformar o país pela educação precisa estar no Nordeste", disse Simões.





Sala de aula

Dados da Ânima e da UniAges

Ânima

Fundação

Em 2003, em Belo Horizonte

Total de alunos:

113,7 mil

Receita líquida em 2018

R\$ 1,1 bilhão, alta de 5% sobre ano anterior

Principais instituições

Universidade São Judas Tadeu, Una, UniBH, HSM, além de parcerias no Brasil com a francesa Le Cordon Bleu e a americana Singularity Univesity

Atuação

Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Paraná

UniAges

Fundação

Em 1982, em Paripiranga (BA)

Total de alunos

5,6 mil

Receita líquida em 2018

R\$ 56,3 milhões

Principal atrativo para a aquisição

Faculdade Ages de Medicina

Atuação

Bahia e Sergipe

R\$ 200 milhões

foi o valor do acordo fechado pela Ânima para aquisição da UniAges

1.286 alunos

de medicina estão em cursos do grupo Ânima e da UniAges. A expectativa é chegar a 4 mil em um prazo de seis anos

95 mil alunos

estão matriculados em cursos de medicina em instituições privadas no país

54,6 mil estudantes

cursam medicina em faculdades públicas no Brasil

R\$ 7,8 mil

é o valor mediano das mensalidades dos cursos privados de medicina no Brasil

Fontes: Empresas e Hoper

‘Os alunos não devem ser apenas repetidores de informações’

Entrevista : NELSON PRETTO/PROFESSOR

Docente titular da UFBA defende que a tecnologia seja usada para a criação de conhecimento e cultura, e não como um produto de consumo

ISABELA REIS

A tecnologia precisa estar a serviço da educação, e não o contrário. É isso que defende Nelson Pretto, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Formado em Física, mestre em Educação e doutor em Comunicação, Pretto afirma que os aparatos tecnológicos devem facilitar o processo criativo, instigando o aluno a produzir conteúdo, em vez de somente reproduzir informações.

Pretto é um dos participantes do Educação 360 STEAM — sigla que, em inglês, junta as palavras Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática —, evento que discute um modelo educacional baseado na integração de disciplinas das ciências exatas e das artes com a sociedade, e que será realizado no dia 27 de agosto, no Museu do Amanhã, com debates, estudos de caso e workshops.

O Educação 360 STEAM é uma realização dos jornais O Globo e Extra, com patrocínio do Colégio pH e da Fundação Telefônica Vivo,

e o apoio institucional da Revista Galileu, do site Tech-tudo, TV Globo, Canal Futura, Unicef e Unesco.

Qual é o lugar da tecnologia dentro das escolas?

O foco precisa ser na educação, e não na tecnologia. Os equipamentos são facilitadores para os jovens e professores tornarem-se produtores de cultura e conhecimento, em vez de meros consumidores de informação. A escola deve ser um espaço de emancipação e formação das juventudes; não podemos pensar em soluções educacionais para serem consumidas como produto.

Você acredita em um modelo educacional interdisciplinar?

A estrutura disciplinar acomoda, enquanto a escola é, essencialmente, um espaço de rebeldia. O aluno precisa ser um leitor desconfiado de tudo aquilo que encontra na internet. Com as máquinas, que são ferramentas de criação e edição, nós preparamos a meninada para editar o mundo. Portanto, é importante ter escolas conectadas com banda larga e equipamentos de qualidade. Também em função disso, a escola tem que ter a capacidade de ficar offline. Tão importante quanto estar conectado é estar desconectado. Mas não podemos estar desconectados por ausência do

poder público. É responsabilidade do Estado fornecer condições concretas para que alunos e professores possam efetivamente interagir por meio das tecnologias.

É viável implementar a educação STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática, na sigla em inglês) nas escolas públicas brasileiras em curto prazo?

É viável desde que tenhamos políticas públicas que respeitem e valorizem a educação. É preciso haver escolas com infraestrutura de qualidade, professores bem formados na faculdade e uma política salarial que torne a carreira do educador atrativa, para que ele permaneça lecionando com empenho.

A dificuldade de implantação desse modelo pode ser driblada pelos professores que lecionam em canais na internet? Essa é uma maneira válida de acessar os alunos?

O esforço individual de cada professor deve ser reconhecido e valorizado. Mas não podemos pensar o futuro da educação colocando nas costas do professor a responsabilidade de substituir o Estado, que tem obrigação constitucional de dar acesso ao ensino de qualidade. É muito importante que os docentes usem





todos os recursos disponíveis dentro das redes, mas isso não é política pública. Para que o sistema educacional possa avançar, é necessário desenvolver projetos governamentais de educação, cultura, ciência e tecnologia, telecomunicações e, até mesmo, trabalho e renda ou desenvolvimento industrial. Se todas as escolas tiverem parque tecnológico, estaremos formando cientistas, ampliando o mercado de trabalho e as possibilidades de produção nacional.

O objetivo de inserir a tecnologia na educação é formar profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho ou tornar a aprendizagem mais atrativa para o aluno?

A função da escola não é preparar para o mercado de trabalho, é preparar para o mundo do trabalho. Por exemplo, hoje podemos achar importante treinar os profissionais para usar computadores e, daqui a alguns anos, talvez não sejam esses equipamentos que estarão nas empresas. É preciso capacitar os jovens para lidar com qualquer tipo de tecnologia do futuro. Esse cidadão precisa estar habilitado para viver plenamente a sociedade contemporânea. Já a função das tecnologias e dos professores não é fazer com que a escola seja mais alegre e divertida, é fazê-la ter sentido para a juventude.

Até porque não teremos recursos para que essas máquinas sejam sempre as mais modernas e atrativas. Não se trata de fisgar alunos ou animar salas de aula, e sim de dar outro sentido para a educação usando essas tecnologias como pilar estruturante. A escola deve ser uma dinâmica viva inserida na sociedade atual, e não meramente um acessório que prepara alunos para serem mão de obra.

Como esse modelo pode ser implementado no currículo escolar?

Não queremos internet nas escolas, queremos as escolas na internet. A primeira leva o que está fora para dentro do ambiente escolar. Ter a escola dentro das redes significa que cada membro da comunidade está colaborando para construir os espaços virtuais com suas vivências. Podemos ter aulas sofisticadas de robótica e inteligência artificial e continuar repetindo o mesmo padrão educacional. É possível não ter equipamento algum e fazer um trabalho fantástico, o ponto é que a tecnologia torna isso muito mais fácil. Todos esses aparatos tecnológicos são fundamentais se estiverem inseridos num projeto de escola e sociedade que pense os alunos como produtores de conteúdo e não apenas como repetidores de informações.

Serviços básicos podem parar de funcionar já, diz reitora da UFRJ

Denise Pires de Carvalho, que assumiu o cargo há um mês, afirma que, se não houver vigilância e manutenção, o "mato vai crescer no Fundão" e o campus será "lugar de desova de cadáveres"

RENATO GRANDELLE

Um dia de cada vez. Essa é a filosofia que a nova reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) diz ser obrigada — pelo contingenciamento de verbas — a seguir. No início desta semana, a instituição recebeu R\$ 16 milhões para pagar as despesas de agosto. Segundo Denise Pires de Carvalho, no cargo há um mês, é necessário quase o dobro — R\$ 30 milhões — para manter os serviços em dia.

Com o contingenciamento a universidades federais anunciado em maio, a UFRJ sofreu um corte de 44% de suas verbas de custeio — de R\$ 331,6 milhões, previstos pela Lei Orçamentária Anual, para R\$ 185,8 milhões. Já o valor destinado a investimentos (aquisição de equipamentos e realização de obras, entre outros) desabou 86% — passando de R\$ 9,1 milhões para R\$ 1,2 milhão. As bolsas estudantis não foram afetadas.

Anteontem, a instituição pagou parcialmente a dívida com a empresa fornecedora de alimentos do restaurante universitário,

impedindo que o serviço fosse interrompido neste mês. Mas outras despesas necessárias à manutenção da UFRJ podem ter seus serviços suspensos a qualquer momento pelos fornecedores — entre eles, os de energia elétrica, água e gás para laboratórios, limpeza, vigilância e telefonia.

— Vou saber mais tarde com a pró-reitoria de Finanças quais são os contratos que podem ser honrados com o valor recebido (R\$ 16 milhões). Não está sobrando nada, temos dinheiro apenas para pagar os atrasados — diz Denise.

— Muitos serviços podem ser descontinuados pelos fornecedores caso eles fiquem três meses sem receber. É o caso do restaurante: fizemos um trabalho hercúleo para garantir que a universidade tivesse refeições já no primeiro dia de aulas.

A reitora adverte que, se um dos contratos for rompido, o prejuízo para reestruturar o serviço, desta vez com outra empresa, será ainda maior.

— Hoje, as empresas (que prestam serviço à UFRJ) estão honrando os salários sem ter garantia de que serão pagas pela universidade — assinala.

— Digamos que uma delas tenha seu contrato vencido e precisemos abrir uma licitação para achar alguém que preste esse serviço. Essa busca

será cada vez mais difícil e cara, porque ficaremos conhecidos como maus pagadores.

Denise alerta que, se não houver vigilância e manutenção, o "mato vai crescer no campus da Ilha do Fundão", e o campus será "um lugar de desova de cadáveres".

A universidade foi obrigada a apertar o cinto, como a redução de despesas com passagens, e já estuda a suspensão de investimentos previstos para 2019. Ainda há esforços para manter o transporte entre os campi, já que alguns cursos exigem a locomoção de estudantes por diferentes regiões.

Estima-se que a dívida prevista da UFRJ seja de R\$ 170 milhões — de acordo com Denise, esse foi o valor divulgado pela gestão de seu antecessor, Roberto Lehrer (2015-2019).

A reitora queixa-se da falta de diálogo como ministro da Educação, Abraham Weintraub. Apesar dos diversos pedidos de audiência no MEC, Denise diz ter encontrado o ministro apenas uma vez, quando ela tomou posse. A ordem é que ela procure o secretário de Ensino Superior, Armando Barbosa. O contato, porém, ainda não resultou em liberação dos recursos contingenciados.





Na próxima sexta-feira, o Conselho Universitário fechará documento que será encaminhado ao MEC com críticas ao programa Future-se, apresentado em julho por Weintraub, que prevê novas formas de financiamento das universidades federais.

Segundo opositores do plano, que será enviado no fim do mês ao Congresso, o texto prioriza parcerias com organizações sociais (OS), que são entidades privadas sem fins lucrativos. A comunidade acadêmica tem denunciado o Future-se como uma tentativa de "privatização" do ensino superior.

Procurado pelo GLOBO, o MEC afirmou em nota que, "embora o contingenciamento não tenha impacto imediato sobre o orçamento das instituições, o ministério mantém diálogo permanente com os dirigentes das universidades e institutos federais, estando à disposição para intermediar a resolução de questões pontuais concernentes à liberação de limite orçamentário necessário à execução das atividades das instituições" ..

» **Quero ver.** O Ministério da Educação prometeu enviar a deputados da Comissão Externa da Educação da Câmara um relatório, depois do Enem, com questões "ideológicas" eventualmente retiradas da prova.

O MEC reforçou que o conteúdo está sob sigilo.

» **Hein?** Em visita ao Inep, os deputados também quiseram saber quais secretarias foram afetadas pelo novo bloqueio na Educação, de R\$ 348 milhões. Ouviram que ninguém ainda sabe.

Planalto envia projeto que libera R\$ 3 bi em crédito extra

Para garantir aprovação da reforma, Planalto facilita a liberação de emendas parlamentares, cobrança de congressistas

BRASÍLIA

No dia da votação da reforma da Previdência em segundo turno na Câmara dos Deputados, o governo precisou agir, horas antes, em duas frentes de pacificação com os congressistas para garantir a aprovação do texto. A primeira foi o envio de um projeto que remaneja recursos no Orçamento e facilita a liberação de emendas parlamentares, verbas direcionadas às suas bases eleitorais. A segunda foi uma portaria que garante o pagamento de um salário mínimo (hoje em R\$ 998) a pensionistas que não têm outra fonte de renda que lhes garanta o piso nacional – uma demanda da bancada evangélica, apoiadora do governo Jair Bolsonaro.

O governo enviou um projeto de lei do Congresso Nacional (PLN) para abrir um crédito suplementar de R\$ 3,041 bilhões no Orçamento em favor de diversos órgãos do Poder Executivo. Segundo apurou o Estado, o texto faz um remanejamento orçamentário para facilitar a liberação de emendas parlamentares. Essa era uma cobrança dos congressistas, que haviam recebido a sinalização do governo de que o

projeto seria enviado ainda na terça-feira. Para remanejar recursos, é preciso que o governo cancele gastos em outras áreas.

"Natural". Oficialmente, o Ministério da Economia disse ao Estado que se trata de um "remanejamento natural de despesas do Orçamento, inclusive da área militar". Segundo apurou a reportagem, além de atender a emendas parlamentares e à área militar, o projeto também libera recursos para Educação, Saúde, Agricultura e para o programa Minha Casa Minha Vida. No plenário da Câmara, a medida foi criticada pela oposição. "Isso é compra de voto. É corrupção", afirmou o líder do PSOL na Casa, Ivan Valente (SP). O porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, afirmou que o remanejamento orçamentário é legítimo.

Questionado sobre se a iniciativa configuraria um "troca-troca", ele disse que o Planalto não usa a expressão e defendeu sua legitimidade. "Não colocamos troca-troca como expressão nesse processo que é legítimo e que está dentro dos ditames democráticos sobre os quais nós vivemos." Pensão por morte. Em paralelo, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, e sua equipe entraram em campo para tentar minimizar os riscos de mudança no texto durante a votação em segundo turno.

O principal alvo era um destaque, encampado pela bancada evangélica, que poderia vincular novamente todas as pensões por morte ao salário mínimo, comprometendo parte da economia de R\$ 139,3 bilhões esperada em dez anos com a mudança nas pensões.

Marinho se reuniu com a bancada evangélica e assinou uma portaria que garante o pagamento de um salário mínimo a pensionistas que não tiverem renda formal nesse valor. A renda formal vai considerar os rendimentos recebidos mensalmente pelos segurados e beneficiários de regimes de previdência de militares, de programas de assistência social ou de prestações indenizatórias.

O secretário garantiu ainda que haverá um "gatilho" automático para assegurar o aumento da pensão a quem eventualmente perder alguma parcela da renda formal, ficando abaixo do mínimo nacional. Um projeto de lei ratificando a regra da portaria será enviado após a aprovação da reforma da Previdência. "Estamos trabalhando para não ter mudança no texto (da Previdência)", disse Marinho, que passou o dia em conversas com parlamentares. / ADRIANA FERNANDES, TÂNIA MONTEIRO, JULIA LINDNER, IDIANA TOMAZELLI, CAMILA TURTELLI E MARIANA HAUBERT

UnB, o futuro é hoje

» MARIA FÁTIMA DE SOUSA

Professora associada do Departamento de Saúde Coletiva %u2014 Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, onde foi diretora. Pós-doutorado pela Universidade do Quebec, em Montreal E-mail: fatimasousa@unb.br

Os mestres Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira nos deram as primeiras aulas de futuro ainda dois anos antes da inauguração oficial da Universidade de Brasília. Ousadia, coragem e inovação foram as essências para que pudessem, sem medo, resistir e enfrentar os poderes da República, a fim de darem vida ao sonho de criarem uma universidade para a capital da República, uma entre tantas que compõem o sistema de universidades federais, patrimônio do povo brasileiro.

Debates apressados e sem o aprofundamento necessário podem levar à desconfiguração da estatura da UnB que, desde sua origem, foi pautada em garantir a produção técnico-científica para o desenvolvimento econômico e social da nação, a formação de quadros dirigentes para o Estado brasileiro e para o exercício da democracia cidadã. Uma universidade viva, cheia de expressão e globalizada num espaço integrado de construção

de conhecimento, capaz de responder às dores do país, enfrentando-as com inteligência e consciência crítica.

Por isso, sua singularidade é incomparável. Do Planalto Central, dialogamos com o Brasil e com mundo, sem perdermos de vista nossa autonomia e protagonismo na construção cotidiana de uma universidade de natureza pública e inclusiva, que permita a presença cada vez maior de jovens sintonizados em processos educativos do mais alto nível, sem distinções de raça, língua, gênero, cor, etnia, orientação sexual, padrão de renda ou moradia. Que venham todos para as nossas salas de aula, pois foi para eles que esta universidade foi criada.

Cooperações nacionais ou internacionais nos ajudam a resguardar as semelhanças e as diferenças no geral, mas nas singularidades, observemos a Austrália, onde o governo atualiza os valores dos cursos a cada ano e auxilia os estudantes pagando as taxas do curso. O valor restante quem paga é o estudante, a chamada “quantia de contribuição estudantil”. Aqueles que realizam investigações em nível superior são financiados pelo governo australiano por meio do Programa de Formação para Pesquisa (Research Training Program — RTP).

No Canadá, por exemplo, cujo investimento público é ainda mais crescente, cada estudante tem direito ao Programa de Assistência ao Estudante de Ontário (Ontario Student Assistance Program — OSAP). Trata-se de um programa de ajuda financeira que auxilia o estudante a pagar por uma faculdade ou universidade. Caso não use todo o recurso que lhe cabe, conforme o curso escolhido, o estudante devolve o saldo. Caso gaste mais do que o necessário para custear seus estudos, pode devolver o valor gasto a mais ao Estado parcelado em até 20 anos.

Nos Estados Unidos, como aponta Luiza Caires em recente artigo no Jornal da USP, “73% dos estudantes de nível superior norte-americanos estão matriculados em universidades públicas”. Lá, conforme a Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS), somente em 2017 quase 60% dos recursos para as universidades vieram do governo federal e dos estados norte-americanos.

Enquanto isso, na Europa, em países como Noruega, Suécia, Alemanha, Dinamarca, Finlândia, existem universidades de classe mundial totalmente grátis, inclusive para estudantes internacionais, a exemplo dos brasileiros. Elas não podem ser comparadas com a UnB nem com as demais instituições de ensino superior públicas brasileiras, nem em quantidade, tampouco em





qualidade, cada uma resguarda suas missões em si mesmas.

A UnB é, por natureza, um ato de rebeldia, logo não pode se ajoelhar diante das inconstitucionalidades identificadas no Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se), quando exige que serviços diversos sejam contratados por meio de Organização Social (OS), o que macula a autonomia acadêmica científica, pedagógica e técnico administrativa, em dissonância com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Em igual medida, coloca em risco o financiamento público do ensino superior, ao propor um fundo de investimento que vai de encontro ao artigo 55 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Além disso, o Future-se contraria 16 leis em vigência no país dos órgãos de controle, que regem a transferência de recursos entre os setores público e privado.

A UnB deveria fazer a mesma travessia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que convocou toda a comunidade universitária a um

debate franco, aberto e democrático, o que se espera de uma gestão pública diante de um tema que merece aprofundamento e zelo, condições pertinentes a uma casa produtora do diálogo e do saber pensar. Essa escuta iluminaria, de forma unificada, o posicionamento da instituição ante as previstas dificuldades orçamentárias e financeiras que apontam para uma crise em larga escala, oriunda dos bloqueios orçamentários, impedindo o pleno funcionamento da universidade, das salas de aulas aos laboratórios.

A geopolítica em que se encontra a UnB lhe potencializa para lutar pelo fim da Emenda Constitucional 95, que tem contribuído com quadro agonizante do histórico desfinanciamento do sistema educacional brasileiro; ainda possa sensibilizar os parlamentares a fim de que os recursos financeiros próprios da UnB, sejam, por meio de uma Emenda à Constituição, assegurados para os investimentos que lhe são necessários; e mais, dar vida a uma frente em defesa da UnB, composta pelas representações das categorias

de docentes, discentes, técnicos administrativos, ex-reitores, ex-dirigentes de faculdades, institutos e centros, unindo as diversidades de concepções e diferentes correntes teóricas de pensamento. Afinal, não há educação democrática sem o compromisso com a verdade.

O futuro é hoje e também permeado de sonhos possíveis, a exemplo do que sonharam os mestres Darcy e Anísio, em transformarem a UnB na mais importante universidade da América Latina. Se não a mais importante, hoje estamos na 15ª posição no ranking da América Latina, em 2019, pelo Times Higher Education (THE). E mais recentemente alcançou posição entre as 300 melhores do mundo na área de ciências médicas, de acordo com o Global Ranking of Academic Subjects (GRAS). Isso somente para citarmos dois dos mais relevantes patamares de reconhecimento ao trabalho de professores(as), pesquisadores(as), estudantes e técnicos(as) administrativos(as) que atuam diariamente para consolidar um projeto de nação.

Correio vence o Prêmio ABMES

Júri reconheceu importância de reportagens que abordaram o bem-estar psicológico de estudantes, da educação básica ao ensino superior



A jornalista Ana Paula Lisboa: reflexão sobre tema delicado

Com o especial Saúde mental em sala de aula, a jornalista Ana Paula Lisboa venceu a categoria impresso regional do Prêmio ABMES de Jornalismo, voltado ao reconhecimento de reportagens que abordem o ensino superior no país. Os vencedores foram anunciados na

noite de ontem, em cerimônia em Brasília, que também celebrou os 37 anos da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

Publicada no caderno Cidades e depois em plataforma no site Eu, Estudante, entre 9 e 13 de agosto de 2018, a série de reportagens abordou o bem-estar psicológico de estudantes, da educação básica ao ensino superior. As matérias foram motivadas por um caso de suicídio no câmpus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB) e provocaram conscientização e reflexão sobre a questão.

Prêmio Engenho

Mais uma vez o Correio é finalista do Prêmio Engenho de Comunicação. Para a 16ª edição, o jornal concorre nas categorias Veículo impresso e Cobertura Brasília. A coluna Eixo Capital (produzida pela editora Ana Maria Campos), e o editor Leonardo Cavalcanti também concorrem à premiação de melhor cobertura dos bastidores políticos. O CB. Poder, parceria com a TV Brasília disputa como melhor programa de televisão.

A divulgação dos vencedores acontece em 5 de setembro, em cerimônia na Embaixada de Portugal.

O Prêmio Engenho foi criado em 2004 e premia jornalistas e veículos de comunicação de Brasília. Ao longo dos últimos 16 anos, o Correio ganhou 20 prêmios. No ano passado, foi vencedor de duas categorias: melhor veículo impresso e melhor coluna, com a jornalista Denise Ruthenburg. Em outras edições, levou os títulos de melhor inovação jornalística e melhor cobertura de Brasília. Em 2018, Liana Sabo, jornalista da casa há mais de 50 anos foi homenageada.

“O Prêmio Engenho já é uma tradição todos os anos em Brasília, fruto do trabalho dedicado da Kátia Cubel (presidente e criadora da premiação). Fico muito honrada em ter sido selecionada como finalista pela coluna Eixo Capital e também com a equipe do Correio e da TV Brasília no programa CB Poder. É um grande estímulo para buscar sempre o verdadeiro jornalismo”, destacou a editora Ana Maria Campos.